

Concessão Metroviária do  
Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025 e  
Relatório dos auditores independentes**

## Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	3
Balanços patrimoniais (Ativos) .....	8
Balanços patrimoniais (Passivos e patrimônio líquido) .....	9
Demonstração dos resultados .....	10
Demonstração dos resultados abrangentes .....	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	12
Demonstração dos fluxos de caixa .....	13
Demonstração do valor adicionado .....	14
Notas explicativas .....	15
1. Informações gerais .....	15
2. Políticas contábeis materiais .....	17
3. Reestruturação Societária .....	26
4. Caixa e equivalentes de caixa .....	27
5. Aplicações financeiras .....	27
6. Contas a receber, líquidas .....	28
7. Estoques .....	29
8. Impostos, taxas e contribuições .....	29
9. Adiantamentos e despesa antecipada .....	31
10. Outras contas a receber .....	32
11. Partes relacionadas .....	33
12. Obrigação com empregados e profissionais-chave da administração .....	34
13. Arrendamentos .....	34
14. Imobilizado .....	35
15. Intangível e Infraestrutura em construção .....	36
16. Fornecedores .....	37
17. Debêntures e Empréstimo .....	37
18. Obrigações com poder concedente .....	38
19. Concessão de serviço público .....	40
20. Receita diferida .....	41
21. Adiantamentos de clientes .....	41
22. Provisões para riscos processuais .....	42
23. Patrimônio líquido .....	45
24. Receita operacional líquida .....	47
25. Custos e despesas por natureza .....	47
26. Outras receitas (despesas) operacionais .....	48
27. Resultado financeiro .....	48
28. Resultado por ação .....	49
29. Informações por segmento .....	49
30. Instrumentos financeiros .....	49
31. Informações adicionais ao fluxo de caixa .....	52



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos acionistas e Administradores da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrôrio

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrôrio (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrôrio em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis a auditoria de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento de receita tarifária

Veja a Nota Explicativa nº2.5 e 24 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“Metrôrio”) é gerada substancialmente por tarifas de passagens (“receita tarifária”) cobradas dos usuários do sistema de transporte metroviário da cidade do Rio de Janeiro.</p> <p>A receita tarifária é originada de um grande volume de transações de baixo valor individual, que são controladas por sistemas de passagem e posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia.</p> <p>O valor das tarifas é determinado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“Poder Concedente”), que disciplina sobre os reajustes tarifários e sua vigência.</p> <p>Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao valor envolvido, o volume de transações e a diversificação da contraprestação recebida das transações.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Comparação do total dos valores, na população completa, reconhecidos na receita tarifária referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025, com os sistemas de controle de passagens.</li><li>- Realização de testes documentais, com base amostral, da receita tarifária reconhecida ao longo do exercício, tendo por base o sistema de acesso de passageiros e as suas liquidações financeiras, através de extratos bancários.</li><li>- Obtenção de confirmação externa do total de repasse anual feito para a Companhia pela entidade responsável pela arrecadação das tarifas originadas do chamado “bilhete único”, bem como do saldo de contas a receber da Companhia com a referida entidade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</li><li>- Recálculo da receita tarifária com base nos relatórios de utilização extraídos do sistema de passagens e com nas tarifas de passagem de acordadas com o poder Concedente.</li><li>- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o saldo da receita tarifária e suas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

## Capitalização de gastos do intangível de concessão

Veja a Nota Explicativa nº 15 (a) (b) e (c) das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“Metrôrio”) assumiu compromissos relevantes vinculados ao contrato de concessão com respectivo Poder Concedente. De acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 e OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita.</p> <p>A mensuração do intangível relacionado à concessão é afetada pelos julgamentos para determinar se um gasto específico representa uma melhoria ou manutenção e conseqüentemente se deve ser capitalizados ou não.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores e julgamentos envolvidos na determinação das diversas naturezas dos gastos relacionados a concessão e se eles são elegíveis a capitalização.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Inspeção documental, em base amostral, das adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais, contratos, medições e liquidação financeira, bem como a avaliação da natureza das adições.</li><li>- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessão e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão.</li><li>- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a capitalização de gastos do intangível de concessão e suas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS *Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não

expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro , 25 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Luiz Ferreira

Contador CRC RJ-087095/O-7

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio**  
**Balancos patrimoniais (Ativos)**  
**Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	800.985	311.169
Aplicações financeiras	5	107.528	202.821
Contas a receber	6	151.275	178.540
Estoques	7	99.338	89.459
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8(a)	29.743	11.860
Tributos a recuperar	8(a)	6.725	11.400
Adiantamentos	9.1	52.596	11.768
Despesas antecipadas	9.3	27.574	14.709
Contas a receber - Partes relacionadas	11	-	4.276
Outras contas a receber	10	553	14.864
		<hr/>	<hr/>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.276.317</b>	<b>850.866</b>
<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras	5	-	122.682
Contas a receber	6	-	98.528
Ativo fiscal diferido	8(b)	212.873	242.272
Tributos a recuperar	8(a)	7.165	-
Despesa antecipada	9.3	5.101	1.011
Depósitos judiciais	22 (c)	13.148	10.397
Outras contas a receber	10	6.429	-
Adiantamentos	9.1	27.193	-
Ativo de direito de uso	13	4.188	-
Imobilizado	14	21.020	21.480
Intangível	15	2.538.485	1.945.076
Infraestrutura em construção	15	705.320	110.489
		<hr/>	<hr/>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.540.922</b>	<b>2.551.935</b>
		<hr/>	<hr/>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.817.239</b>	<b>3.402.801</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio**  
**Balancos patrimoniais (Passivos e patrimônio líquido)**  
**Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	16	89.700	146.318
Adiantamentos	9.2	33.639	-
Debêntures e empréstimos	17	-	127.070
Passivo de arrendamento	13	617	-
Tributos a recolher	8(c)	6.581	3.884
Obrigações com empregados	12	47.796	44.509
Obrigações com poder concedente	18	312.131	-
Adiantamentos de clientes	21	3.224	4.480
Dividendos a pagar	11	3.287	60.084
Contas a pagar - Partes Relacionadas	11	-	32
Outras contas a pagar		426	756
<b>Total do passivo circulante</b>		<b><u>497.401</u></b>	<b><u>387.133</u></b>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	17	2.602.310	1.324.953
Passivo de arrendamento	13	3.616	-
Obrigações com poder concedente	18	203.593	-
Concessão de serviço público	19	10.206	14.182
Provisão para riscos processuais	22	11.623	19.782
Receita diferida	20	955	1.157
Outras contas a pagar		4.515	3.776
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b><u>2.836.818</u></b>	<b><u>1.363.850</u></b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	23(a)	1.459.820	1.458.916
Reserva de lucros	23(b)	13.341	192.902
Dividendos adicionais propostos	23(d)	9.859	-
<b>Patrimônio líquido</b>		<b><u>1.483.020</u></b>	<b><u>1.651.818</u></b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b><u><u>4.817.239</u></u></b>	<b><u><u>3.402.801</u></u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio**  
**Demonstração dos resultados**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**  
**(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)**

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Receita operacional líquida	24	1.198.722	940.071
Custo dos serviços prestados	25	(764.631)	(671.181)
<b>Lucro bruto</b>		<b>434.091</b>	<b>268.890</b>
Gerais e administrativas	25	(123.672)	(109.181)
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	25	(21.196)	(2.448)
Outras receitas operacionais	26	5.638	285.625
<b>Resultado operacional</b>		<b>294.861</b>	<b>442.886</b>
Receitas financeiras	27	95.936	111.850
Despesas financeiras	27	(339.601)	(202.606)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(243.665)</b>	<b>(90.756)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>51.196</b>	<b>352.130</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	8(d)	<b>(37.358)</b>	<b>(13.868)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(7.959)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(29.399)	(13.868)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>13.838</b>	<b>338.262</b>
<b>Quantidade média de ações ao final do exercício</b>		<b>1.613.938</b>	<b>1.613.694</b>
<b>Lucro básico e diluído por lote de mil ações (Em reais)</b>	28	<b>0,0086</b>	<b>0,2096</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio**  
**Demonstração dos resultados abrangentes**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**  
**(Em milhares de reais)**

---

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	13.838	338.262
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b><u>13.838</u></b>	<b><u>338.262</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**  
**(Em milhares de reais)**

	Nota	Capital social subscrito	Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Resultado do exercício	Total do Patrimônio líquido
			Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Prejuízos acumulados			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>1.458.916</b>	-	-	<b>(85.276)</b>	-	-	<b>1.373.640</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	338.262	<b>338.262</b>
Absorção de prejuízo		-	-	-	85.276	-	(85.276)	-
Destinação do lucro	23(b)	-	12.649	180.253	-	-	(192.902)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23(c)	-	-	-	-	-	(60.084)	<b>(60.084)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>1.458.916</b>	<b>12.649</b>	<b>180.253</b>	-	-	-	<b>1.651.818</b>
Aumento de capital social	23(a)	904	-	-	-	-	-	<b>904</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	13.838	<b>13.838</b>
Destinação do lucro	23(b)	-	692	-	-	-	(692)	-
Distribuição de dividendos intermediários	23(c)	-	-	(180.253)	-	-	-	<b>(180.253)</b>
Dividendos mínimos obrigatório	23(c)	-	-	-	-	-	(3.287)	<b>(3.287)</b>
Dividendos adicionais propostos	23(d)	-	-	-	-	9.859	(9.859)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>1.459.820</b>	<b>13.341</b>	-	-	<b>9.859</b>	-	<b>1.483.020</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**  
**(Em milhares de reais)**

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro Líquido do exercício</b>		13.838	338.262
<b>Ajustes:</b>			
Depreciação e amortização	14 e 15	136.013	159.588
Baixa de imobilizado e intangível	14 e 15	868	3.664
Provisão (reversão) para perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	25	21.196	2.448
Variações monetárias e encargos, líquidos	27	220.196	185.108
Rendimento aplicação financeira	5	(53.474)	(41.291)
Provisão (Reversão) para riscos processuais	19 e 22	(7.644)	(41.558)
Variação Monetária - Ressarcimento Break Even 2021	27	-	(53.963)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8(b)	29.399	13.868
Amortização custo de captação	17	78.041	9.184
		<b>438.433</b>	<b>575.310</b>
<b>(Aumento) Redução nos ativos operacionais:</b>			
Contas a receber de clientes	6	104.597	(135.674)
Estoques	7	(9.265)	(5.922)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8(a)	(3.711)	(11.860)
Tributos a recuperar	8(a)	(1.580)	(1.805)
Depósitos judiciais	22(c)	(1.823)	2.841
Adiantamentos	9.1	(67.969)	(241)
Despesa antecipada	9.2	(16.955)	(5.348)
Contas a receber - Partes relacionadas	11	1.316	2.621
Outras contas a receber	10	7.882	(14.864)
<b>Aumento (Redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores	16	(56.623)	41.463
Obrigações com empregados e administradores	12	3.056	(729)
Tributos a recolher	8(c)	4.865	401
Receita diferida	20	(202)	(16.575)
Adiantamentos de cliente	21	(1.256)	(1.647)
Contas a pagar - Partes relacionadas	11	(10.382)	-
Pagamento de processos judiciais	19 e 22	(1.695)	(3.751)
Adiantamentos	9.3	33.639	-
Outras obrigações e contas a pagar		408	(284)
<b>Caixa gerado nas operações</b>		<b>422.735</b>	<b>423.936</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.187)	(418)
<b>Caixa líquido gerado nas operações</b>		<b>420.548</b>	<b>423.518</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	14	(4.485)	(3.176)
Aquisição de intangível	15	(175.768)	(132.523)
Aplicações financeiras	5	(1.407.039)	(1.722.101)
Resgate de aplicações financeiras	5	1.678.488	1.738.555
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>91.196</b>	<b>(119.245)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Captação de empréstimos	17	2.800.000	-
Custo de captação	17	(272.982)	-
Pagamento de dividendos	23	(240.337)	-
Aumento de capital social	31(iii)	14.881	-
Pagamento de passivo de arrendamento	13	(323)	-
Pagamento de principal – Debêntures/Empréstimos	17	(1.835.305)	(109.295)
Pagamento de juros – Debêntures/Empréstimos	17	(104.794)	(110.576)
Pagamento de variação monetária - Debêntures	17	(383.068)	(25.156)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(21.928)</b>	<b>(245.027)</b>
<b>Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>489.816</b>	<b>59.246</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	311.169	251.923
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	800.985	311.169
<b>Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>489.816</b>	<b>59.246</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio**  
**Demonstração do valor adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**  
**(Em milhares de reais)**

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas</b>		<b>1.221.579</b>	<b>1.253.991</b>
Prestação de serviços	23	1.234.483	969.520
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	24	(21.196)	(2.448)
Outras receitas		8.292	286.919
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(384.459)</b>	<b>(310.218)</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(381.620)	(307.269)
Perda/recuperação de valores ativos		(2.839)	(2.938)
Outros custos		-	(11)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>837.120</b>	<b>943.773</b>
<b>Retenções</b>		<b>(136.013)</b>	<b>(159.586)</b>
Depreciação e amortização	13 e 14	(136.013)	(159.586)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>		<b>701.107</b>	<b>784.187</b>
<b>Valor adicionado/recebido em transferência</b>		<b>92.476</b>	<b>106.609</b>
Mais (menos) valia - Reversão para riscos processuais		(3.460)	(5.241)
Receitas financeiras	27	95.936	111.850
<b>Total valor adicionado a distribuir</b>		<b>793.583</b>	<b>890.796</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>793.583</b>	<b>890.796</b>
<b>Pessoal, e encargos</b>		<b>274.716</b>	<b>262.380</b>
Remuneração direta		181.140	162.005
Benefícios		77.980	84.405
FGTS		13.861	13.206
Outros		1.735	2.764
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>111.930</b>	<b>71.740</b>
Federais		53.339	35.270
Imposto de renda e contribuição social diferido		29.399	13.868
Estaduais		5.724	4.453
Municipais		23.468	18.149
<b>Remuneração capital de terceiros</b>		<b>393.099</b>	<b>218.414</b>
Juros		224.575	186.469
Aluguéis		7.954	4.588
Outras		160.570	27.357
<b>Remuneração de capital próprio</b>		<b>13.838</b>	<b>338.262</b>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores		13.838	338.262

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

---

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

**1. Informações gerais**

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio” ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade por ações” em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como seu único acionista a HMOBI Participações S.A. (“HMOBI”), que por sua vez tem como acionistas: IAV FIP, Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF (“Funcef”), Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS (“Petros”), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI (“PREVI”).

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“GERJ” ou “Poder Concedente”) transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

O Poder Concedente reajusta o valor das tarifas anualmente, a partir do dia 31 de janeiro de cada ano, com base na variação do IPCA publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida nos 12 (doze) meses anteriores.

Em 07 de maio de 2021, o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro assinaram o sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, contemplando dentre outros itens: (i) a redução do valor aprovado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro – AGETRANSP do Valor Máximo Unitário de Tarifa Padrão de R\$ 6,2654 para R\$ 5,8335; (ii) a resolução consensual para extinção de certos processos judiciais que têm por objeto desequilíbrio na equação econômico-financeira do Contrato de Concessão em favor do Poder Concedente no valor de R\$ 197.943; e (iii) fixação da nova tarifa em R\$ 5,80, após arredondamento previsto em contrato, a ser aplicada a partir de 11 de maio de 2021.

Em 1º de abril de 2022 o MetrôRio celebrou, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“Poder Concedente”), o “Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros” (“Contrato de Concessão” e “8º Aditivo”, respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos:

- (i) regular as ações visando o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de março a dezembro de 2020 no valor total de R\$ 327.747, sendo R\$ 286.068 da parcela principal e R\$ 41.679 referente a atualização monetária pelo IPCA. O ressarcimento, conforme previsto no Termo Aditivo, foi pago em 4 (quatro) parcelas ao longo do ano de 2022
- (ii) Segundo o mesmo Termo Aditivo após a homologação do valor do ressarcimento emergencial referente ao período de janeiro a dezembro de 2021 pela AGETRANSP, tal valor deverá ser pago em até seis meses após a deliberação final. Em 2 de outubro de 2024 foi homologado e registrado no valor total de R\$ 310.542, sendo R\$ 256.580 da parcela principal e R\$ 53.963 referentes a atualização monetária pelo IPCA, conforme nota explicativa 23;
- (iii) disciplinar o novo reajuste tarifário ordinário em 12% (doze por cento) sobre a tarifa vigente, tendo como nova tarifa praticada no valor de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), e homologada de R\$ 6,82 (seis reais e oitenta e dois centavos). Adicionalmente, ficou acordado que a partir de 02 de abril de 2022, o MetrôRio aplicará o desconto no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão durante o período de 24 meses, desconto esse que retornará ao Sistema Metroviário mediante contrapartida de realização de investimentos pelo Poder Concedente;

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

---

## **1. Informações gerais (continuação)**

- (iv) e alteração do §15º da Cláusula Sétima do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para estabelecer novas formas de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Em 26 de dezembro de 2022, por força do ato de deliberação previsto no 8º Termo Aditivo, o MetrôRio celebrou com o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“Poder Concedente”), o “Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros” (“Contrato de Concessão” e “9º Aditivo”, respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos, disciplinar os termos e condições da contrapartida devida pelo Poder Concedente ao MetrôRio, no valor referencial de R\$ 109.504, referente a redução de R\$ 0,30 (trinta centavos de real) aplicada sobre o valor máximo unitário da tarifa padrão para os períodos de 02 de abril de 2022 a 11 de abril de 2023 e de 12 de abril de 2023 a 11 de abril de 2024, conforme convencionada no Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O valor referencial foi quitado em sua íntegra durante o exercício de 2024.

Em 08 de março de 2023 a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (“AGETRANSP”), homologou:

- Reajuste tarifário ordinário de 5,77%, tendo como nova tarifa regulatória o valor de R\$ 7,20 (sete reais e vinte centavos), que vigorará a partir de 12 de abril de 2023; e
- A manutenção do desconto no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão que retornará ao Sistema Metroviário mediante contrapartida de realização de investimentos pelo Poder Concedente, conforme previsto no Contrato de Concessão, de modo que a tarifa padrão praticada será no valor de R\$ 6,90 (seis reais e noventa centavos) para o período compreendido entre 12 de abril de 2023 e 11 de abril de 2024.

Em 04 de abril de 2023 o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu a Tarifa Social para serviços de transporte metroviário, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), através da Edição do Decreto 48.452, que passou a vigorar a partir de 12 de abril de 2023, pelo prazo de 12 meses.

Em 23 de novembro de 2023, a Companhia através de fato relevante divulgou a celebração de um Memorando de Entendimentos (“Memorando”) com o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Mobilidade Urbana, a Controladoria-Geral do Estado, a Concessionária Rio Barra S.A. (“CRB”), a OEC S.A. e a Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. Nos termos do Memorando, as partes concordam em desenvolver estudos sobre a viabilidade jurídica, técnica e financeira e buscar solução consensual e definitiva para a retomada e conclusão das obras da Estação Gávea e para as disputas judiciais e administrativas envolvendo o Contrato de Concessão das Linhas 1 e 2 do Sistema Metroviário do Estado do Rio de Janeiro (“Linhas 1 e 2”) e o Contrato de Concessão nº L4/98, celebrado em 21.12.1998 (“Contrato L4”). A celebração de qualquer instrumento ou acordo em decorrência dos estudos e tratativas regulados pelo Memorando depende da viabilidade do atendimento às premissas negociais apresentadas pelas partes e do acordo em relação aos eventuais instrumentos contratuais.

Em 27 de fevereiro de 2024 a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (“AGETRANSP”), homologou o reajuste tarifário ordinário de 4,17%, tendo como nova tarifa regulatória o valor de R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos), que vigorará a partir de 12 de abril de 2024.

Em 11 de abril de 2024 o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu a Tarifa Social para serviços de transporte metroviário, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), através da Edição do Decreto 49.039, que passou a vigorar a partir de 12 de abril de 2024, pelo prazo de 12 meses.

Em 2 de outubro de 2024, a Companhia celebrou o Termo de Ajustamento de Conduta, com Ministério Público, Estado do Rio de Janeiro, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Concessionária Rio Barra S.A, Novonor S.A, Novonor Participações e Investimentos S.A, OEC S.A.- Em Recuperação Judicial, Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A, ZI Participações S.A, Consórcio Construtor Rio Barra, Consórcio Sul Linha 4, tendo por objeto a retomada e conclusão das obras da Estação Gávea da Linha 4 da concessão metroviária do

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

---

## **1. Informações gerais (continuação)**

Estado do Rio de Janeiro, bem como o saneamento de relações contratuais pertinentes ao serviço público metroviário do Estado do Rio de Janeiro (“TAC”).

Nos termos do TAC, dentre outros arranjos, ficaram acordados os termos e condições para (a) a transferência da concessão da Linha 4 do Sistema Metroviário do Estado do Rio de Janeiro da CRB para o MetrôRio; (b) a celebração do aditivo ao contrato de concessão das linhas 1 e 2 do Sistema Metroviário do Estado do Rio de Janeiro, para refletir a transferência da linha 4 ao MetrôRio, bem como a prorrogação do prazo (10 anos) para o novo contrato de concessão unificado até o ano de 2048; (c) a celebração do contrato de construção que tem como objeto a contratação das obras da Estação Gávea; (d) pagamento ao MetrôRio da indenização referente à redução de tarifa em R\$0,30 (trinta centavos), conforme previsão na Cláusula 4ª do 9º Termo Aditivo do Contrato das Linhas 1 e 2, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), a ser pago em até 30 dias da assinatura do presente TAC, e pagamento ao MetrôRio da parcela do *break-even*, referente ao período de janeiro de 2021 a dezembro de 2021 no valor de R\$256.580.033,97 (duzentos e cinquenta e seis milhões, quinhentos e oitenta mil reais), a ser atualizado até a data de assinatura do TAC, em dezesseis (16) parcelas iguais mensais e sucessivas, até 30/03/2026, sendo a primeira realizada 60 dias após a assinatura do TAC.

Em 10 de abril de 2025 o MetrôRio firmou instrumentos contratuais junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Concessionária Rio Barra S.A. (“CRB”) e Consórcio Construtor para retomada das obras da estação da Gávea. Os instrumentos são: (i) a cessão da concessão da Linha 4 da CRB para o MetrôRio; (ii) o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com o Estado do Rio de Janeiro (“10º TACC”); e (iii) Contrato de Construção na modalidade EPC Turn-Key (“Contrato EPC”). Com a assinatura do 10º Termo Aditivo, o contrato passa a unificar a operação das Linhas 1, 2 e 4 sob gestão do MetrôRio, com prazo estendido de 2038 para 2048. O novo contrato também prevê:

(a) renegociação de termos da concessão, incluindo novos parâmetros de compartilhamento do risco de variação de demanda entre o Estado e o MetrôRio;

(b) quitação mútua de obrigações relacionadas a eventos passados da concessão; e

(c) obrigação do MetrôRio de investir R\$ 600.000, corrigidos pelo INCC, na obra da Estação Gávea (“Aporte MetrôRio”). O Estado do Rio de Janeiro se comprometeu a complementar esse valor com R\$ 146.772 (“Aporte Estado”), conforme mencionado na nota explicativa 17.

A Companhia destaca que, conforme o 10º Termo Aditivo, a assunção da Linha 4 não implica responsabilidade do MetrôRio por eventuais vícios, falhas ou problemas estruturais da Estação Gávea ou por atos e omissões e passivos ocorridos antes da transferência da concessão.

Em 31 de dezembro de 2025, o MetrôRio apresentou um capital circulante líquido positivo de R\$ 778.916 (R\$463.733 em 31 de dezembro de 2024).

## **2. Políticas contábeis materiais**

### **2.1. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos financeiros emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos financeiros (CPC), que estão em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

---

## **2. Políticas contábeis materiais (continuação)**

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações financeiras foi autorizado pela Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

### **2.2. Pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações novas e revisadas**

#### **Normas novas e alterações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025**

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- **Alteração ao IAS 21/CPC 02 – Moeda não conversível em outra moeda:** As alterações introduzem critérios para avaliar se uma moeda é conversível e estabelecem a metodologia para estimar a taxa de câmbio à vista quando a conversibilidade não existe. A norma exige agora a divulgação dos processos de estimativa e dos riscos associados às operações em jurisdições com restrições cambiais, visando maior transparência sobre os impactos nos fluxos de caixa e no patrimônio líquido.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **Normas e interpretações novas e alteradas emitidas ainda não vigentes**

As seguintes normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

- **Alterações ao IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações a classificação e mensuração de instrumentos financeiros que aprimoram os critérios de desreconhecimento de passivos em liquidações eletrônicas e a aplicação do teste SPPI em ativos com cláusulas contingentes ou estruturas sem recurso (non-recourse). Adicionalmente, expandem as exigências de divulgação para instrumentos designados ao VJORA e para termos contratuais que impactem a tempestividade ou a variabilidade dos fluxos de caixa contratuais.
- **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

---

## **2. Políticas contábeis materiais (continuação)**

- **IFRS 19: subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão quando entrarem em vigor.

### **2.3. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas financeiras críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de suas controladas no processo de aplicação das políticas financeiras materiais da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Notas Explicativas nº2.18.

### **2.4. Contrato de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)**

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

O ativo intangível deve ser amortizado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que se deu em função da curva de demanda, conforme prevista na orientação OCPC05.

### **2.5. Reconhecimento de receita**

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

- (a) Receitas de serviços

As receitas provenientes com passagem e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, e corresponde a contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

---

## **2. Políticas contábeis materiais (continuação)**

### **(b) Receitas de serviços**

A companhia reconhece as receitas acessórias com cessão de espaço e veiculação de anúncios pelo regime de competência e corresponde ao valor da contraprestação recebida.

As receitas provenientes com passagem e receitas acessórias são reconhecidas no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

### **(c) Receita de juros**

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

## **2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

## **2.7. Contas a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O IFRS9/CPC48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de “perdas de créditos esperadas”.

A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de “perdas de crédito esperadas”, avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando do julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de idade de vencimento.

## **2.8. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

## **2.9. Adiantamentos**

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. Os adiantamentos são apropriados ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

## **2.10. Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

---

## **2. Políticas contábeis materiais (continuação)**

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos caso ocorra fato relevante que possa gerar impacto.

### **2.11. Arrendamento**

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

#### Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

#### **Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial dos passivos de arrendamento reconhecidos, ajustados custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento.

#### **Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos efetuados.

### **2.12. Intangível**

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

---

## **2. Políticas contábeis materiais (continuação)**

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

### **2.13. Obrigações com poder concedente**

Refere-se à obrigação assumida no 10º TACC para investimento de R\$ 600.000 (base original), reajustados pelo INCC, na construção da Estação Gávea. A obrigação é reconhecida inicialmente pelo valor presente do fluxo de pagamentos, em contrapartida ao ativo intangível em andamento. Após o reconhecimento inicial, o passivo é liquidado conforme a evolução das medições da obra. Mensalmente, é realizada a apropriação dos encargos financeiros decorrentes do ajuste a valor presente (AVP), cuja contrapartida é capitalizada no custo do ativo intangível em andamento.

### **2.14. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### **2.15. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

### **2.16. Tributação**

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas		
		Receitas tarifárias	Receitas acessórias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,00%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	0,00%	7,6%	4,00%
Imposto sobre Serviço	ISS	2,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

---

## **2. Políticas contábeis materiais (continuação)**

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda-calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social -calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

### **2.17. Benefícios aos empregados**

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

#### **a) Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

#### **b) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

#### **c) Planos de benefício definido**

Plano de benefício pós emprego que não seja plano de contribuição definida.

O CPC 33 (R1) -Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

---

## **2. Políticas contábeis materiais (continuação)**

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

A Companhia mantém um Plano de Benefício Definido, atualmente com 200 participantes.

### **2.18. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelos caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) –Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

### **2.19. Resultado por ação**

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

### **2.20. Julgamentos, estimativas e premissas financeiras materiais**

#### **a) Julgamentos**

A preparação das Demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

## **2. Políticas contábeis materiais (continuação)**

### **b) Estimativas e premissas**

#### Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### Amortização do intangível

A Companhia reconhece a amortização dos ativos intangíveis no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### Provisão com estimativa de crédito de liquidação duvidosa

A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de “perdas de crédito esperadas”, avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando do julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de *aging* de vencimento.

### **2.21 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

### 3. Reestruturação Societária – Incorporação da Metrobarra S.A.

#### a) Contexto Operacional

Em 02 de outubro de 2025, as Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia e de sua parte relacionada Metrobarra S.A. ("Metrobarra") aprovaram a incorporação da Metrobarra pela Companhia, conforme termos do Protocolo e Justificação celebrados na mesma data. A operação insere-se no contexto de reorganização societária conduzida pela HMOBI Participações S.A., única acionista das Companhias, com o objetivo de promover maior racionalização e simplificação da estrutura societária, administrativa e operacional, otimizando a alocação de ativos e passivos e potencializando ganhos econômicos. A medida busca ainda viabilizar a consolidação de atividades complementares, a integração de recursos e a obtenção de eficiências operacionais para a expansão futura dos negócios sob gestão unificada.

#### b) Base de Mensuração

Considerando que a operação envolveu entidades sob controle comum, sendo a HMOBI Participações S.A. a única acionista de ambas as partes na data da transação, a incorporação foi contabilizada pelo método do valor contábil, mediante a integração do acervo líquido da Metrobarra (composto por seus ativos e passivos) ao balanço da Companhia pelos seus valores históricos de livros na data da incorporação.

#### c) Acervo Líquido e Aumento de Capital

O acervo líquido da Metrobarra incorporado pela Companhia foi avaliado em R\$ 904.006,76 (novecentos e quatro mil, seis reais e setenta e seis centavos). Em contrapartida ao acervo líquido incorporado, o capital social da Companhia foi aumentado no montante exato correspondente. Foram emitidas 977.579 (novecentas e setenta e sete mil, quinhentas e setenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas e integralizadas pela acionista HMOBI Participações S.A. Conforme nota explicativa 23.

A composição do acervo líquido incorporado em 02 de outubro de 2025 é demonstrada a seguir:

<b>Ativo</b>	<b>30/09/2025</b>
<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	14.881
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.358
Tributos a recuperar	558
Contas a receber - Partes relacionadas	21.600
Outras contas a receber	665
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>45.062</b>
<b>Não circulante</b>	
Tributos a recuperar	7.165
Contas a receber - Partes relacionadas	21.617
Imobilizado	569.356
Intangível	5.541
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>603.679</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>648.741</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>30/09/2025</b>
<b>Circulante</b>	
Fornecedores	5
Debêntures e empréstimos	81.914
Tributos a recolher	19
Obrigações com empregados	231
Contas a pagar - Partes Relacionadas	2.958
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>85.127</b>
<b>Não circulante</b>	
Debêntures	562.710
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>562.710</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>647.837</b>
<b>Acervo líquido</b>	<b>904</b>

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	6.472	19.871
Certificados de Depósito Bancário – CDB	<u>794.513</u>	<u>291.298</u>
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>800.985</u></b>	<b><u>311.169</u></b>

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB - Certificado de Depósito Bancário Pós-fixado), com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações é em média 100,51% do CDI (103,60% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

**5. Aplicações financeiras**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Circulante</b>		
Certificados de Depósito Bancário – CDB (a)	107.528	182.375
Aplicação financeira vinculada – CDB (b)	<u>-</u>	<u>20.446</u>
	<b><u>107.528</u></b>	<b><u>202.821</u></b>
<b>Não circulante</b>		
Aplicação financeira vinculada – CDB (b)	<u>-</u>	<u>122.682</u>
<b>Total aplicações financeiras</b>	<b><u>107.528</u></b>	<b><u>325.503</u></b>

(a) A rentabilidade destas aplicações é em média 100,51% do CDI (103,60% do CDI em 31 de dezembro de 2024) e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos da Companhia. Estas aplicações financeiras não estão classificadas como equivalentes de caixa, pois possuem carência igual ou superior a 90 dias e após este período passam a ter liquidez diária.

(b) As aplicações financeiras vinculadas, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 100% em 31 de dezembro de 2024 com a finalidade de atender as obrigações contratuais relacionadas as garantias da 9ª emissão de debêntures (nota explicativa 16).

Conciliação de aplicações financeiras e demonstrações do fluxo de caixa (DFC)

<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b><u>300.666</u></b>
Aplicações e (resgates)	(16.454)
Rendimento s/ aplicações financeiras	41.291
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b><u>325.503</u></b>
Aplicações e (resgates)	(271.449)
Rendimento s/ aplicações financeiras	53.474
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b><u>107.528</u></b>

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

**6. Contas a receber, líquidas**

**6(a) Contas a receber, líquidas**

Os valores relativos a créditos a receber são:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Recebíveis do GERJ (a)	97.045	310.543
Recebíveis do GERJ (b)	2.093	37.833
Recebíveis do GERJ (c)	-	30.315
Venda de passagens (d)	46.602	555
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (e)	12.222	9.532
Outros	41	68
<b>Total dos recebíveis</b>	<b><u>158.003</u></b>	<b><u>388.846</u></b>
<b>Cessão de direitos creditórios - Partes Relacionadas (f)</b>	<b>-</b>	<b>(60.000)</b>
<b>Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD")</b>	<b><u>(6.728)</u></b>	<b><u>(51.778)</u></b>
<b>Total do contas a receber, líquido</b>	<b><u>151.275</u></b>	<b><u>277.068</u></b>
Circulante	151.275	178.540
Não circulante	-	98.528

(a) Oriunda do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros que versa sobre o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de janeiro a dezembro de 2021, corroborado pela assunção de obrigação do GERJ no Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") no valor total de R\$ 310.543, sendo R\$ 256.580 da parcela principal, e R\$ 53.963 referentes a atualização monetária pelo IPCA.

(b) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que foram despendidos nos processos judiciais que versam sobre sucessão, ou seja, processos judiciais advindos da concessionária anterior e contemplados nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, denominados processos- ET Pós. Em atendimento ao acordo firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro (GERJ) na assinatura do 10º Termo Aditivo contratual, o MetrôRio renunciou aos créditos correspondentes às competências anteriores à unificação da concessão das Linhas 1, 2 e 4. Em decorrência dessa renúncia, os valores de ET Pós previamente provisionados foram revertidos da PECLD. Os processos judiciais encerrados após a unificação da concessão das Linhas 1, 2 e 4 continuarão sendo registrados nesta rubrica.

(c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo e Olimpíadas de 2016. No entanto, todos os valores em aberto encontravam-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas. Após a assinatura do 10º Termo Aditivo, os valores relacionados às gratuidades que estavam registrados anteriormente foram incluídos no mesmo processo de renúncia definido no acordo, com o conseqüente reconhecimento das baixas.

(d) Venda de passagens a receber decorrem, principalmente, de vale-transporte eletrônico (Fetranspor) e de instituições financeiras pelas vendas em cartões de crédito e débito.

(e) Referem-se a valores a receber de contratos com terceiros relacionados à cessão de espaço e veiculação de anúncios.

(f) Refere-se a contrato de cessão de direitos creditórios firmado entre MetrôRio e a sua Controladora Hmobi Participações S.A., no qual a Hmobi adquiriu R\$ 60.000 em direitos creditórios do MetrôRio, com remuneração a mercado correspondente a 100% do CDI + 2% a.a. O montante foi integralmente liquidado no primeiro trimestre de 2025.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**6. Contas a receber (continuação)**

**6(b) Aging do contas a receber**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Contas a receber	PECLD	Contas a Receber	PECLD
A Vencer	94.248	-	312.900	-
Vencidos				
Até 3 meses	51.814	(598)	8.807	(537)
De 3 a 6 meses	2.486	(1.193)	1.924	(1.263)
Acima de 6 meses	9.455	(4.937)	65.215	(49.978)
<b>Total</b>	<b>158.003</b>	<b>(6.728)</b>	<b>388.846</b>	<b>(51.778)</b>

**6(c) Movimentação das perdas de créditos esperadas**

Movimentação do saldo de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(51.778)	(49.330)
Adições	(3.359)	(4.762)
Reversões 10º termo aditivo(i)	48.230	-
Reversões	179	2.314
<b>Saldo no fim do exercício/período</b>	<b>(6.728)</b>	<b>(51.778)</b>

(i) Impacto decorrente do 10º Termo Aditivo conforme texto explicativo NE 6(b)

**7. Estoques**

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais auxiliares, de manutenção e conservação	99.338	89.459
<b>Total estoques</b>	<b>99.338</b>	<b>89.459</b>

**8. Impostos, taxas e contribuições**

**8(a) Tributos a recuperar**

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo negativo de imposto de renda e contribuição social	13.566	7.711
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	6.814	-
Tributos retidos na fonte (IRRF, CSLL) *	9.363	4.149
<b>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</b>	<b>29.743</b>	<b>11.860</b>
Tributos retidos na fonte (PIS e COFINS)	13.890	11.400
<b>Tributos a recuperar</b>	<b>13.890</b>	<b>11.400</b>
Circulante	6.725	11.400
Não circulante	7.165	-

\*Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuições sociais retidas sobre receita acessória.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

**8(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos**

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>31/12/2025</u>
<b>Natureza</b>			
Prejuízo fiscal	190.363	(2.826)	<b>187.537</b>
Base negativa da contribuição social	69.318	(663)	<b>68.655</b>
Provisão para riscos processuais	6.412	(4.084)	<b>2.328</b>
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	17.605	(15.348)	<b>2.257</b>
Outros - provisões não dedutíveis	4.294	(122)	<b>4.172</b>
Participação nos lucros e resultado (PLR)	5.933	351	<b>6.284</b>
<b>Total do ativo fiscal diferido</b>	<b>293.925</b>	<b>(22.692)</b>	<b>271.233</b>
Amortização curva de demanda	(47.876)	(7.071)	(54.947)
Amortização do direito de concessão	(3.777)	364	(3.413)
<b>Total do passivo fiscal diferido</b>	<b>(51.653)</b>	<b>(6.707)</b>	<b>(58.360)</b>
<b>Total do ativo fiscal diferido, líquido</b>	<b>242.272</b>	<b>(29.399)</b>	<b>212.873</b>
	<u>31/12/2023</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Natureza</b>			
Prejuízo fiscal	181.592	8.771	<b>190.363</b>
Base negativa da contribuição social	65.868	3.450	<b>69.318</b>
Provisão para riscos processuais	21.378	(14.966)	<b>6.412</b>
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	16.772	833	<b>17.605</b>
Outros - provisões não dedutíveis	7.546	(3.251)	<b>4.294</b>
Participação nos lucros e resultado (PLR)	6.165	(232)	<b>5.933</b>
Outros	4.947	(4.947)	-
<b>Total do ativo fiscal diferido</b>	<b>304.268</b>	<b>(10.342)</b>	<b>293.925</b>
Amortização curva de demanda	(42.402)	(5.474)	(47.876)
Amortização do direito de concessão	(4.065)	288	(3.777)
Reembolso de gratuidade	(1.660)	1.660	-
<b>Total do passivo fiscal diferido</b>	<b>(48.127)</b>	<b>(3.526)</b>	<b>(51.653)</b>
<b>Total do ativo fiscal diferido, líquido</b>	<b>256.141</b>	<b>(13.868)</b>	<b>242.272</b>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais realizados em até 7 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração, o imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados nos seguintes anos:

<b>Anos</b>	<u>31/12/2025</u>
2026	25.976
2027	30.920
2028	34.828
2029 até 2032	121.149
<b>Total das projeções de realização ativos fiscais diferidos</b>	<b>212.873</b>

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

**8(c) Tributos a recolher**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS e COFINS	2.298	710
ISS	2.346	1.650
INSS sobre terceiros	645	586
IRRF e CSRF	756	588
Taxa AGETRANSP	536	350
<b>Total</b>	<b>6.581</b>	<b>3.884</b>

**8(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado – Conciliação da alíquota efetiva**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	51.196	352.130
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes</b>	<b>(17.407)</b>	<b>(119.724)</b>
<b>Ajuste para cálculo da alíquota efetiva:</b>		
Baixa não dedutível de recebíveis	(17.363)	(999)
Participação nos lucros e resultado (PLR)	(3.277)	(812)
Outras despesas não dedutíveis	(315)	(3)
<b>Adições</b>	<b>(20.955)</b>	<b>(1.814)</b>
Ressarcimento emergencial 2021	-	105.585
Recuperação de créditos tributários	-	1.135
Outras receitas	885	225
Variações cambiais e monetárias	119	725
<b>Exclusões</b>	<b>1.004</b>	<b>107.670</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social total</b>	<b>(37.358)</b>	<b>(13.868)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.959)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(29.399)	(13.868)
<b>Total dos impostos no resultado</b>	<b>(37.358)</b>	<b>(13.868)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>73,0%</b>	<b>3,9%</b>

**9. Adiantamentos e despesa antecipada**

**9.1 Adiantamentos - Ativo**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores	6.375	3.562
Construtora – EPC Gávea (*)	35.185	-
Construtora – EPC Gávea - GERJ (**)	29.354	-
Pessoal – 13° e Férias	8.875	8.206
<b>Total adiantamentos</b>	<b>79.789</b>	<b>11.768</b>
<b>Circulante</b>	<b>52.596</b>	<b>11.768</b>
<b>Não circulante</b>	<b>27.193</b>	<b>-</b>

(\*) Adiantamento realizado ao consórcio construtor da Estação Gávea, conforme contrato EPC (vide Nota Explicativa 1). Os valores correspondem à parte de responsabilidade do MetrôRio.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

**9. Adiantamentos e despesas antecipadas (continuação)**

(\*\*) Adiantamentos efetuados ao consórcio construtor relativos à participação do Governo do Estado do Rio de Janeiro (“GERJ”), conforme previsto no contrato EPC. Tais valores serão liquidados conforme o cronograma financeiro da obra.

**9.2 Adiantamentos - Passivo**

O montante de R\$ 33.639 corresponde a recursos recebidos do Estado do Rio de Janeiro (“GERJ”), que inicialmente são registrados no passivo como adiantamentos. Esses valores são baixados do passivo conforme a evolução da obra da Gávea e a emissão de medições pela construtora. O saldo remanescente refere-se à diferença entre os valores recebidos que ainda não foram abatidos por medições da construtora.

**9.3 Despesa Antecipada**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Seguros (*)	26.984	11.701
Garantias TI (**)	<u>5.691</u>	<u>4.019</u>
<b>Total despesa antecipada</b>	<b><u>32.675</u></b>	<b><u>15.720</u></b>
Circulante	<b>27.574</b>	<b>14.709</b>
Não circulante	<b>5.101</b>	<b>1.011</b>

(\*) Os principais seguros da companhia, inclusos no saldo em aberto de despesas antecipadas, são: Responsabilidade civil, riscos operacionais e D&O (Directors & Officers).

(\*\*) Saldo referem-se a serviços de informática a serem apropriados mensalmente conforme contrato firmado junto aos fornecedores de software da companhia.

**10. Outras contas a receber**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reembolso de sinistros (i)	553	14.864
Superávit Fundo Previdenciário (ii)	<u>6.429</u>	<u>-</u>
<b>Total outras contas a receber</b>	<b><u>6.982</u></b>	<b><u>14.864</u></b>
<b>Circulante</b>	<b>553</b>	<b>14.864</b>
<b>Não circulante</b>	<b>6.429</b>	<b>-</b>

i) O montante de R\$ 553 (R\$ 14.864 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a gastos incorridos relacionados a sinistros, cujos custos para restabelecer as condições operacionais serão reembolsados pela seguradora, estando cobertos pelas apólices de seguros contratadas pela Companhia. Os gastos foram aprovados pela seguradora, e os reembolsos serão realizados conforme as condições estabelecidas nas apólices e após a finalização dos reparos.

ii) A companhia mantém um plano de benefício definido (Plano I de Benefícios Metrô Rio, administrado pelo Multipensions Bradesco – em extinção), que está em processo de saldamento\*. Como consequência do processo de extinção do fundo BD, todo o superávit existente no plano será objeto de reversão de valores à Companhia no prazo estimado de 36 meses.

\*O saldamento dos Planos I e II consistirá no fechamento dos Planos com o encerramento das contribuições de participantes e patrocinador para estes planos. No caso do Plano I, que apresenta componentes de benefício definido, a reserva destinada à cobertura desses benefícios será individualizada entre os participantes. O superávit e os fundos previdenciais decorrentes desses superávits existentes no Plano serão distribuídos entre participantes e patrocinador, com base na proporção contributiva dos exercícios superavitários.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

## 11. Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são divulgadas nas Demonstrações financeiras anuais e nas informações financeiras intermediárias.

### Composição

			31/12/2025		
Parte relacionada	Transação	Relação	Contas a receber	Contas a pagar	Resultado
			Circulante	Não Circulante	
HMOBI (ii)	Cessão de recebíveis	Controladora	-	-	(463)
Metrobarra (i)	Gastos compartilhados	Coligada	-	-	15.627
HMOBI	Dividendos	Controladora	-	3.287	-
MetroBarra (iii)	Locação trens	Coligada	-	-	(124.667)
<b>Total</b>			<b>-</b>	<b>3.287</b>	<b>(109.503)</b>

  

			31/12/2024		
Parte relacionada	Transação	Relação	Contas a receber	Contas a pagar	Resultado
			Circulante	Circulante	
HMOBI	Reembolso	Controladora	50	-	-
HMOBI (ii)	Cessão de recebíveis	Controladora	-	32	32
Metrobarra (i)	Gastos compartilhados	Coligada	4.226	-	21.750
HMOBI	Dividendos	Controladora	-	60.084	-
<b>Total</b>			<b>4.276</b>	<b>60.116</b>	<b>21.782</b>

(i) Se referiam a reembolso de despesas, conforme previsto no contrato firmado entre as partes, cujo determina que os custos e despesas relacionadas às instalações e recursos administrativos, financeiros ou de pessoal, de titularidade do MetrôRio e utilizados pelo MetroBarra no desenvolvimento de suas atividades, que terminaram em setembro de 2025 devido a incorporação da parte relacionada pela companhia.

(ii) Refere-se a juros do contrato de cessão de direitos creditórios firmado entre Hmobi e o MetrôRio. Vide Nota explicativa 6.

(iii) De acordo com o Contrato de Locação de Material Rodante e Sistemas Operacionais para o Transporte Metroviário de Passageiros da Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro ("Contrato de Locação"), firmado entre a Metrobarra e a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., o pagamento do preço da locação foi acordado em uma parcela fixa mensal de R\$ 22.000, a ser ajustada anualmente pelo IPCA. O contrato foi encerrado em setembro de 2025 devido a incorporação da parte relacionada MetroBarra pelo MetrôRio.

### 11.1 Remuneração dos profissionais-chave da administração

A remuneração dos profissionais-chave da administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, conforme quadro a seguir:

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração (i)	17.602	7.114
Encargos	1.562	1.100
Outros benefícios	1.257	1.162
<b>Total</b>	<b>20.421</b>	<b>9.376</b>

i) A remuneração é composta basicamente por pró-labore e bônus variáveis da Diretoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o total de bonificação variável foi de R\$ 13.840 (R\$ 3.629 no exercício de 31 de dezembro de 2024), valor atrelado às metas e aos resultados obtidos pela Companhia.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## 12. Obrigações com empregados

<u>Composição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Remuneração	20.196	18.256
Provisão de férias	19.843	17.770
Encargos	6.239	6.211
Outros benefícios	1.518	2.272
<b>Total</b>	<b>47.796</b>	<b>44.509</b>

## 13. Arrendamentos

### a) Direito de uso

	<u>31/12/2024</u>	<u>Reconhecimento inicial</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2025</u>
Direito de uso	-	4.408	(220)	4.188
	-	<b>4.408</b>	<b>(220)</b>	<b>4.188</b>

### b) Passivo de arrendamento

	<u>31/12/2024</u>	<u>Reconhecimento inicial</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/2025</u>
Obrigações por arrendamento	-	6.456	-	(324)	6.132
Ajuste a valor presente	-	(2.048)	149	-	(1.899)
	-	<b>4.408</b>	<b>149</b>	<b>(324)</b>	<b>4.233</b>
<b>Total circulante</b>	-				<b>617</b>
<b>Total não circulante</b>	-				<b>3.616</b>

Referem-se a um único contrato de arrendamento de equipamentos para o sistema de motores elétricos, iniciado em julho de 2025, reconhecido e mensurado de acordo com os critérios estabelecidos na norma CPC 06 (R2) – Arrendamentos. O contrato foi reconhecido considerando os pagamentos fixos, ajustados anualmente pelo IPCA, pelo período de 10 anos, descontados a uma taxa de 7,61% a.a., acrescida de um spread de 0,94%, totalizando 8,55% a.a. O passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros, calculado com base nessas condições.

Os arrendamentos, classificados no passivo de longo prazo, têm seus vencimentos assim programados:

	<u>Obrigações por arrendamento</u>	<u>(-) Ajuste a valor presente</u>	<u>Total</u>
2026	646	(28)	<b>618</b>
2027	646	(77)	<b>569</b>
2028	646	(122)	<b>524</b>
2029	646	(164)	<b>482</b>
2030 até 2035	3.548	(1.508)	<b>2.040</b>
<b>Total</b>	<b>6.132</b>	<b>(1.899)</b>	<b>4.233</b>

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## 14. Imobilizado

Taxa de depreciação	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
	de 10 a 20	de 5 a 10	10	10	20		
	<b>CUSTO</b>						
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>72.924</b>	<b>35.378</b>	-	<b>15.447</b>	<b>776</b>	<b>979</b>	<b>125.504</b>
Adições	748	2.591	11	497	63	575	4.485
Baixas	(13)	(37)	-	(48)	-	-	(98)
Transferência	80	-	762	-	-	-	842
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>73.739</b>	<b>37.932</b>	<b>773</b>	<b>15.896</b>	<b>839</b>	<b>1.554</b>	<b>130.733</b>
	<b>DEPRECIÇÃO</b>						
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>(61.596)</b>	<b>(28.960)</b>	-	<b>(12.750)</b>	<b>(718)</b>	-	<b>(104.024)</b>
Adições	(3.345)	(1.431)	-	(948)	(63)	-	(5.787)
Baixas	13	37	-	48	-	-	98
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>(64.928)</b>	<b>(30.354)</b>	-	<b>(13.650)</b>	<b>(781)</b>	-	<b>(109.713)</b>
	<b>RESIDUAL</b>						
<b>Em 31/12/2025</b>	<b>8.811</b>	<b>7.578</b>	<b>773</b>	<b>2.246</b>	<b>58</b>	<b>1.554</b>	<b>21.020</b>
<b>Em 31/12/2024</b>	<b>11.328</b>	<b>6.418</b>	-	<b>2.697</b>	<b>58</b>	<b>979</b>	<b>21.480</b>

Taxa de depreciação %	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
	de 10 a 20	20	10	20		
	<b>CUSTO</b>					
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>71.905</b>	<b>32.638</b>	<b>15.309</b>	<b>817</b>	<b>1.101</b>	<b>121.770</b>
Adições	1.189	1.394	166	-	427	3.176
Baixas	(78)	(12)	(28)	(41)	(279)	(438)
Transferência (*)	(92)	1.358	-	-	(270)	996
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>72.924</b>	<b>35.378</b>	<b>15.447</b>	<b>776</b>	<b>979</b>	<b>125.504</b>
	<b>DEPRECIÇÃO</b>					
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>(57.530)</b>	<b>(26.215)</b>	<b>(11.725)</b>	<b>(676)</b>	-	<b>(96.146)</b>
Adições	(4.133)	(2.757)	(1.053)	(83)	-	(8.026)
Baixas	67	12	28	41	-	148
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>(61.596)</b>	<b>(28.960)</b>	<b>(12.750)</b>	<b>(718)</b>	-	<b>(104.024)</b>
	<b>RESIDUAL</b>					
<b>Em 31/12/2024</b>	<b>11.328</b>	<b>6.418</b>	<b>2.697</b>	<b>58</b>	<b>979</b>	<b>21.480</b>
<b>Em 31/12/2023</b>	<b>14.375</b>	<b>6.423</b>	<b>3.584</b>	<b>141</b>	<b>1.101</b>	<b>25.624</b>

### Imobilizado em andamento

O saldo remanescente no imobilizado em andamento é composto dos projetos relacionados ao piloto automático, sinalização, sistemas de telecomunicação, peças para composição dos trens e adequações no centro de manutenção e no centro de controle operacional.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**15. Intangível e Infraestrutura em construção**

	Investimento na concessão 14(a)	Direito de concessão 14(b)	Peças sobressalentes			Software 10	Outros 10	Total	Infraestrutura em construção 14(c)	Total
Taxa de amortização %	De 10 a 20	-								
<b>CUSTO</b>										
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>2.100.887</b>	<b>1.666.970</b>	<b>59.199</b>	<b>43.901</b>	<b>14</b>	<b>3.870.971</b>	<b>110.489</b>	<b>3.981.460</b>		
Adições	13.940	53.729	46.141	375	-	114.185	630.871	745.056		
Adições pela incorporação da Metrobarra	1.113.352	-	-	10.275	-	1.123.627	19.745	1.143.372		
Baixas	(157)	-	(103)	-	-	(260)	(608)	(868)		
Transferência (*)	93.842	107	(43.072)	3.458	-	54.335	(55.177)	(842)		
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>3.321.864</b>	<b>1.720.806</b>	<b>62.165</b>	<b>58.009</b>	<b>14</b>	<b>5.162.858</b>	<b>705.320</b>	<b>5.868.178</b>		
<b>AMORTIZAÇÃO</b>										
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>(961.814)</b>	<b>(931.742)</b>	<b>-</b>	<b>(32.339)</b>	<b>-</b>	<b>(1.925.895)</b>	<b>-</b>	<b>(1.925.895)</b>		
Adições	(95.672)	(33.096)	-	(1.237)	-	(130.005)	-	(130.005)		
Adições pela incorporação da Metrobarra	(559.750)	-	-	(8.723)	-	(568.473)	-	(568.473)		
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-		
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>(1.617.236)</b>	<b>(964.838)</b>	<b>-</b>	<b>(42.299)</b>	<b>-</b>	<b>(2.624.373)</b>	<b>-</b>	<b>(2.624.373)</b>		
<b>Em 31/12/2025</b>	<b>1.704.628</b>	<b>755.968</b>	<b>62.165</b>	<b>15.710</b>	<b>14</b>	<b>2.538.485</b>	<b>705.320</b>	<b>3.243.805</b>		
<b>Em 31/12/2024</b>	<b>1.139.073</b>	<b>735.228</b>	<b>59.199</b>	<b>11.562</b>	<b>14</b>	<b>1.945.076</b>	<b>110.489</b>	<b>2.055.565</b>		
<b>AMORTIZAÇÃO</b>										
Taxa de depreciação %	De 10 a 20	-								
<b>CUSTO</b>										
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>2.047.158</b>	<b>1.666.888</b>	<b>48.206</b>	<b>43.548</b>	<b>14</b>	<b>3.805.814</b>	<b>47.492</b>	<b>3.853.306</b>		
Adições	28.977	17	49.632	147	-	78.773	53.750	132.523		
Baixas	(69)	-	(1.551)	-	-	(1.620)	(1.753)	(3.373)		
Transferência (*)	24.821	65	(37.088)	206	-	(11.996)	11.000	(996)		
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>2.100.887</b>	<b>1.666.970</b>	<b>59.199</b>	<b>43.901</b>	<b>14</b>	<b>3.870.971</b>	<b>110.489</b>	<b>3.981.460</b>		
<b>AMORTIZAÇÃO</b>										
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>(864.499)</b>	<b>(878.422)</b>	<b>-</b>	<b>(31.412)</b>	<b>-</b>	<b>(1.774.333)</b>	<b>-</b>	<b>(1.774.333)</b>		
Adições	(97.315)	(53.320)	-	(927)	-	(151.562)	-	(151.562)		
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-		
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>(961.814)</b>	<b>(931.742)</b>	<b>-</b>	<b>(32.339)</b>	<b>-</b>	<b>(1.925.895)</b>	<b>-</b>	<b>(1.925.895)</b>		
<b>Em 31/12/2024</b>	<b>1.139.073</b>	<b>735.228</b>	<b>59.199</b>	<b>11.562</b>	<b>14</b>	<b>1.945.076</b>	<b>110.489</b>	<b>2.055.565</b>		
<b>Em 31/12/2023</b>	<b>1.182.659</b>	<b>788.466</b>	<b>48.206</b>	<b>12.136</b>	<b>14</b>	<b>2.031.481</b>	<b>47.492</b>	<b>2.078.973</b>		

\*Valor no saldo como transferências corresponde a movimentações de ativos entre os itens de ativo intangível e imobilizado.

**Método de amortização e prazos**

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda de passageiros estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**15(a) Investimento na concessão**

São investimentos realizados durante todo o prazo de concessão no material rodante, vias permanentes, subestações de energia e toda a infraestrutura necessária para adequação, continuidade e melhorias na operação das Linhas 1, 2 e 4. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

**15(b) Direito de concessão**

Direito de concessão referente à Outorga principal e Outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018) conforme os termos da alínea “b”, Parágrafo 1º da Cláusula 9ª do Sexto Termo Aditivo, através do qual a companhia e o Poder Concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038.

Em 10 de abril de 2025 o MetrôRio firmou junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Com a assinatura do 10º Termo Aditivo, o contrato passa a unificar a operação das Linhas 1, 2 e 4 sob gestão do MetrôRio, com prazo estendido até 2048. Conforme mencionado na nota explicativa 1.

**15(c) Infraestrutura em construção**

Com a assinatura do 10º Termo Aditivo Contratual, foi assumido o compromisso de investir até R\$ 600.000 na construção da Estação Gávea, valor este ajustado pelo INCC. O montante de R\$ 612.846 foi registrado na rubrica de infraestrutura em construção, em contrapartida com as obrigações com o poder concedente, conforme nota explicativa nº 18. Adicionalmente, destaca-se que esse reconhecimento está dentro do escopo do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente e foi contabilizado o respectivo ajuste, que será realizado até a conclusão das obras da estação da Gávea.

Os valores de infraestrutura em construção estão apresentados da seguinte forma:

	<b>Projetos em andamento</b>	<b>Obra Estação Gávea</b>	<b>Ajuste a valor presente - Obra Gávea</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>110.489</b>	-	-	<b>110.489</b>
Estação Gávea	-	612.846	(70.430)	<b>542.416</b>
Custos incorridos na obra	47.105	(47.105)	-	-
Juros incorridos	-	-	20.413	<b>20.413</b>
Adições (i)	87.179	-	-	<b>87.179</b>
Transferências	(55.177)	-	-	<b>(55.177)</b>
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>189.596</b>	<b>565.741</b>	<b>(50.017)</b>	<b>705.320</b>

- (i) Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Tendo como principais projetos no período: Substituição de lastro, substituição sistema de detecção de alarme de incêndio nas estações das linhas 1,2 e 4, revitalização sistema mecânico dos trens, inspeção e reconstrução de muros, retrofit de painéis, adequação sistema tetra L 1,2 e 4, sonorização de frota.

**15(d) Redução do valor recuperável de ativos**

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados, a cada exercício, para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

**16. Fornecedores**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores nacionais	88.746	141.667
Fornecedores internacionais	<u>954</u>	<u>4.651</u>
<b>Total fornecedores</b>	<b><u>89.700</u></b>	<b><u>146.318</u></b>

**17. Debêntures**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de debêntures estava composto da seguinte forma:

	<u>Emissão</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>
					<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
<b>Debêntures</b>								
MetrôRio	9 <sup>a</sup>	IPCA	7,09% a.a.	15/12/2031	-	-	-	1.515.755
MetrôRio	10 <sup>a</sup>	IPCA	7,88% a.a.	15/03/2042	-	2.871.202	2.871.202	-
					<u>-</u>	<u>2.871.202</u>	<u>2.871.202</u>	<u>1.515.755</u>
Custo de					-	(268.892)	(268.892)	(63.732)
					<u>-</u>	<u>(268.892)</u>	<u>(268.892)</u>	<u>(63.732)</u>
<b>Total</b>					<u>-</u>	<b><u>2.602.310</u></b>	<b><u>2.602.310</u></b>	<b><u>1.452.023</u></b>

A controlada MetrôRio, em atendimento à cláusula 4.9 do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas e Outras Avenças da 9<sup>a</sup> emissão de debêntures, manteve, até o momento do resgate antecipado facultativo, conta de aplicação financeira vinculada (vide nota explicativa 4).

Em conexão com a escritura da 10<sup>a</sup> emissão de debêntures, a controlada MetrôRio terá, a partir de 16 de setembro de 2026, a obrigação de efetuar aportes mensais durante 18 meses, em conta de aplicação financeira vinculada.

Segue abaixo a movimentação das debêntures e empréstimos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>1.452.023</b>	<b>1.502.983</b>
Captação de empréstimos	2.800.000	-
Dívida adquirida pela Incorporação da Metrobarra S.A.	644.624	-
Custo de captação	(272.982)	-
Juros	136.606	110.266
Variação monetária	87.165	74.617
Pagamento principal *	(1.835.305)	(109.295)
Pagamento juros *	(108.839)	(110.576)
Pagamento variação monetária*	(379.023)	(25.156)
Amortização do custo de captação	78.041	9.184
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b><u>2.602.310</u></b>	<b><u>1.452.023</u></b>

\* Os pagamentos de principal, juros e variação monetária estão sendo classificados na DFC nas atividades de financiamento.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

---

## 17. Debêntures (continuação)

Composição dos pagamentos das debêntures e empréstimos por ano de vencimento:

	<b><u>31/12/2025</u></b>
2027	11.214
2028	44.484
2029 em diante	<u>2.815.504</u>
	<b><u>2.871.202</u></b>
Custo de captação	<u>(268.892)</u>
	<b><u>2.602.310</u></b>
Não circulante	2.602.310

### Debêntures

Em 02 de outubro de 2025, o MetrôRio emitiu 2.800.000 debêntures da 10ª emissão, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00. A captação dos recursos ocorreu em seu montante integral, e a amortização será realizada em 29 parcelas semestrais, sempre no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, com primeiro pagamento em 15 de março de 2028 e vencimento em 15 de março de 2042, considerando atualização monetária pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além de juros remuneratórios de 7,88% ao ano.

Em 06 de outubro de 2025, a Companhia, realizou o resgate antecipado facultativo total da 9ª emissão, no montante de R\$ 1.554.732.

Em 17 de novembro de 2025, o MetrôRio, cuja dívida herdou através da incorporação do Metrobarra fez o resgate antecipado facultativo total da 5ª emissão no valor de R\$669.409.

### Hipóteses de vencimento antecipado

Nos termos dos contratos da 10ª emissão de debêntures, a Companhia está sujeita ao cumprimento de certas obrigações específicas que necessitam da anuência dos seus credores e seu descumprimento pode resultar em declaração do vencimento antecipado e execução das garantias constituídas.

Os principais critérios são: (i) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária não sanado em até 2 dias úteis; (ii) pedido ou decretação de recuperação judicial, falência ou dissolução da Companhia ou suas controladas; (iii) cancelamento do registro de companhia aberta ou reorganização societária relevante sem anuência dos debenturistas; (iv) vencimento antecipado de dívidas financeiras iguais ou superiores a R\$70 milhões; (v) perda ou extinção da concessão metroviária; (vi) não constituição ou reforço das garantias nos prazos previstos; (vii) descumprimento do ICSD, que deverá ser igual ou superior a 1,1 a partir de 31 de dezembro de 2028.

Para a 10ª emissão, o acompanhamento do ICSD ocorrerá a partir de 31 de dezembro de 2028, conforme previsto na Escritura.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia encontra-se em pleno cumprimento com as obrigações previstas na escritura de emissão das debentures.

### Avaliação de *Rating*

Em 02 de outubro de 2025, última avaliação realizada, as agências de rating S&P Global Ratings e Fitch ratings atribuíram o rating de 'AAA' para a emissão do MetrôRio.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**18. Obrigações com poder concedente**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Obrigações 10º TACC (i)	565.741	-
(-) Ajuste a valor presente (ii)	<u>(50.017)</u>	<u>-</u>
	<u><b>515.724</b></u>	<u><b>-</b></u>
<b>Curto prazo</b>	<b>312.131</b>	<b>-</b>
<b>longo prazo</b>	<b>203.593</b>	<b>-</b>

- (i) A partir do 10º TACC firmado entre o MetrôRio e o poder concedente, a Companhia assumiu o compromisso de investir até R\$ 600.000 na construção da Estação Gávea, reajustados pelo INCC. Por sua vez, o Estado do Rio de Janeiro se comprometeu a aportar recursos financeiros no montante de R\$: 146.772 e assume exclusivamente a responsabilidade por pleitos adicionais do Consórcio Construtor.
- (ii) Ajuste a valor presente – de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 – Ajuste a valor presente, valores a pagar sujeitos à atualização monetária com base em índices de preços ou inflacionários, sem juros, devem ser objeto de AVP. A companhia utilizou o fluxo mencionado anteriormente e uma taxa real de juros com adição de spread, totalizando 8,55% a.a. A contrapartida do ajuste a valor presente foi registrada na rubrica intangível em andamento, nota explicativa nº 15 (c).

Em 31 de dezembro de 2025 a movimentação das obrigações com poder concedente é apresentada da seguinte forma:

	<u>Obrigações 10º TACC</u>	<u>(-) Ajuste a valor presente</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Registro inicial – Obrigações 10º TACC	612.846	(70.430)	<b>542.416</b>
Amortização	(47.105)	-	<b>(47.105)</b>
Juros incorridos	-	20.413	<b>20.413</b>
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<u><b>565.741</b></u>	<u><b>(50.017)</b></u>	<u><b>515.724</b></u>

Os pagamentos do metrô serão feitos de acordo com um fluxo pré-determinado no Contrato EPC para a implantação da Estação Gávea e, dessa forma, as obrigações com o poder concedente estão apresentadas da seguinte forma:

	<u>Obrigações 10º TACC</u>	<u>(-) Ajuste a valor presente</u>	<u>Total</u>
2026	328.113	(15.982)	<b>312.131</b>
2027	149.939	(18.052)	<b>131.887</b>
2028	87.689	(15.983)	<b>71.706</b>
<b>Total</b>	<u><b>565.741</b></u>	<u><b>(50.017)</b></u>	<u><b>515.724</b></u>

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**19. Concessão de serviço público**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Não circulante</b>		
Direito de concessão (até janeiro de 2038)	10.206	14.182
	<u><b>10.206</b></u>	<u><b>14.182</b></u>

Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2038).

O montante de R\$ 10.206 (R\$ 14.182 em 31 de dezembro de 2024) refere-se à assunção pela Companhia da obrigação de pagamento das condenações judiciais devidas pela Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro e Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS, em processos com data anterior à tomada de posse da prestação do serviço público de passageiros das Linhas 1 e 2, ocorrida em 05 de abril de 1998, em contrapartida ao preço da outorga suplementar devida pela entrada em operação das estações Siqueira Campos, Cantagalo e General Osorio, previsto no §2º da Clausula Nona e §§ 13º e 14º da Clausula Vigésima Segunda do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades da liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Movimentação da concessão:

	<u>31/12/2024</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Provisão</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2025</u>
Outorga (a)	14.182	(672)	-	(3.304)	10.206
<b>Não circulante</b>	<u><b>14.182</b></u>	<u><b>(672)</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>(3.304)</b></u>	<u><b>10.206</b></u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Provisão</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2024</u>
Outorga (a)	18.631	(1.108)	430	(3.771)	14.182
<b>Não circulante</b>	<u><b>18.631</b></u>	<u><b>(1.108)</b></u>	<u><b>430</b></u>	<u><b>(3.771)</b></u>	<u><b>14.182</b></u>

(a) Outorga do não circulante refere-se ao Anexo V do Sexto Aditivo ao Contrato de Concessão.

**Bens reversíveis**

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito. A Companhia recebeu em transferência em 5 de abril de 1998, o montante de R\$ 6.094 de bens reversíveis.

**20. Receita diferida**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas acessórias antecipadas (i)	955	1.157
<b>Total</b>	<u><b>955</b></u>	<u><b>1.157</b></u>

(i) Representada pelos valores recebidos antecipadamente de clientes referentes a receitas acessórias, cujo reconhecimento será apropriado ao resultado de forma proporcional ao longo de um período superior a 12 meses.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## 21. Adiantamentos de clientes

Composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviço a prestar – Giro (a)	2.499	3.700
Receitas antecipadas (b)	725	718
Adiantamento de clientes	-	62
<b>Total</b>	<b><u>3.224</u></b>	<b><u>4.480</u></b>

- a) Vendas de bilhetes unitários.  
b) Receitas acessórias antecipadas.

## 22. Provisões para riscos processuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

### 22(a) Provisão para contingências reconhecida

A Companhia, em conjunto com os seus consultores jurídicos realizaram análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Natureza do risco</b>		
Trabalhistas	8.824	8.325
Regulatório (i)	-	6.487
Cíveis	2.741	4.827
Outros	58	143
<b>Total</b>	<b><u>11.623</u></b>	<b><u>19.782</u></b>

Movimentação das provisões:

Natureza do risco	31/12/2024	Constituição	Reversões	Atualização monetária	31/12/2025
Trabalhistas	8.325	1.664	(1.010)	(155)	8.824
Regulatório (i)	6.487	1.213	(6.185)	(1.515)	-
Cíveis	4.827	870	(2.562)	(394)	2.741
Outros	143	35	(60)	(60)	58
<b>Total</b>	<b><u>19.782</u></b>	<b><u>3.782</u></b>	<b><u>(9.817)</u></b>	<b><u>(2.124)</u></b>	<b><u>11.623</u></b>
Natureza do risco	31/12/2023	Constituição	Reversões	Atualização monetária	31/12/2024
Trabalhistas(ii)	39.319	2.036	(33.049)	19	8.325
Tributários (iii)	13.153	-	(13.153)	-	-
Regulatório	3.426	3.796	(1.550)	815	6.487
Cíveis	3.702	490	(517)	1.152	4.827
Outros	236	-	(20)	(73)	143
<b>Total</b>	<b><u>59.836</u></b>	<b><u>6.322</u></b>	<b><u>(48.289)</u></b>	<b><u>1.913</u></b>	<b><u>19.782</u></b>

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

**22. Provisão para riscos processuais (continuação)**

(i) Em 10 de abril de 2025, a controlada MetrôRio e a AGETRANSP celebraram um Termo de Acordo Administrativo, no contexto da assinatura do 10º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O acordo teve como objetivo substituir todos os processos administrativos e judiciais existentes, bem como as penalidades pecuniárias de natureza administrativa e/ou contratual aplicadas pela AGETRANSP, por investimentos destinados à melhoria da fiscalização da AGETRANSP e do sistema metroviário, a serem executados pelo MetrôRio, com base em fatos ocorridos até a referida data

(ii) Em 31 de dezembro de 2024, a reversão mais relevante ocorreu no âmbito da ação movida pelo Sindicato – SIMERJ em discussão envolvendo acúmulo de funções por agentes de segurança que estavam no quadro de funcionários da Companhia à época da extinção da função de oficial de estação, em 2003. A reversão da provisão se deu com base em parecer jurídico emitido a partir de decisões judiciais contemplando a redução dos substituídos e determinação de que a execução da sentença se dará de forma segregada (em pequenos grupos homogêneos ou individual), fazendo com que o prognóstico do processo fosse alterado para perda possível e consequentemente a provisão fosse revertida.

(iii) Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, houve reversão da provisão na ação movida em 2015 pela companhia que pleiteava, através de processo judicial, a retirada da cobrança da TUST e da TUSD da base de cálculo do ICMS incidente nas contas de energia elétrica. Em março de 2024, o colegiado do STJ estabeleceu 27/03/2017 como marco temporal para a cobrança da TUST e da TUSD, ressaltando que, aqueles contribuintes que até esta data eram beneficiados por decisão que permitia a dedução da TUST e da TUSD da base de cálculo do ICMS incidente nas contas de energia elétrica, não eram obrigados a pagar o valor até então não realizado. Assim, tendo em vista, que a tutela do MetrôRio foi obtida antes de 27/03/2017, foi possível a reversão do valor anteriormente provisionado para pagamento.

**22(b) Composição dos riscos possíveis não provisionados**

<b>Natureza do risco</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Trabalhista (i)	126.175	107.465
Cíveis (ii)	49.794	10.517
Regulatórios (iii)	48	44.478
Tributários (iv)	15.830	10.858
Ambiental	9.070	8.162
Previdenciário	7.760	6.423
<b>Total</b>	<b>208.677</b>	<b>187.903</b>

**(i) Riscos trabalhistas**

Em 31 de dezembro de 2025, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 126.175 sendo R\$ 72.991 relacionado à processos sucessórios do Contrato de Concessão, a serem ressarcidos pelo Estado através de reequilíbrio contratual ou pagamento (R\$ 107.465 em 31 de dezembro de 2024, sendo R\$ 60.517 processos sucessórios).

**(ii) Riscos cíveis**

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário. Em 31 de dezembro de 2025, as perdas cíveis possíveis estavam estimadas em R\$ 49.794 (R\$ 10.517 em 31 de dezembro de 2024).

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

---

## **22. Provisão para riscos processuais (continuação)**

### Incorporação - Metrobarra S.A

Em 28 de outubro de 2019, a ENGENEERING DO BRASIL S.A. (“ENGdB”) deu início ao Procedimento arbitral nº CAM 78/2019/SEC, que tem por objeto a verificação do cumprimento das obrigações recíprocas pactuadas entre as partes no “Contrato de Fornecimento e Instalação n.º 46.00002876”, celebrado em 06 de agosto de 2014, entre Metrobarra e ENGdB, cujo objeto era o fornecimento e instalação de sistemas de telecomunicações adequados para serem operados por novos trens para a linha 4 do sistema de metrô do Estado do Rio de Janeiro. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam o prognóstico de perda como possível para esse processo. A ENGdB alega que a execução dos serviços teria sido prejudicada em função de ações ou omissões do Metrobarra, além de não ter recebido parcelas relativas aos supostos serviços já realizados. ENGDB cobra de Metrobarra, portanto, os valores referentes às parcelas supostamente não recebidas que remontam o valor de R\$ 39.802.200,41. Em contrapartida, o Metrobarra alega ter sido impactada negativamente pela ENGdB em razão da execução de serviços em desalinhamento aos efetivamente contratados que demandaram contratações adicionais para promoção de adequações, bem como a existência de outros prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual da Requerente. O Metrobarra cobra, portanto, os valores referentes às contratações adicionais no valor de R\$ 39.816. Na opinião dos advogados externos os processos supracitados possuem prognóstico de perda possível e valor em risco de desembolso estimado de R\$ 40.041(R\$ 33.163 em 31 de dezembro de 2024).

Não houve alteração no status do processo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ocorrendo apenas a atualização dos cálculos. Contudo, em virtude da incorporação da Metrobarra pelo MetrôRio em 02 de outubro de 2025, o processo passou a figurar em nome da MetrôRio.

### **(iii) Riscos regulatórios**

Em 31 de dezembro de 2025, as multas regulatórias possíveis em esfera judicial foram estimadas em 48 (R\$ 44.478 em 31 de dezembro de 2024).

Conforme o item 1.3 do Termo de Acordo firmado em 10 de abril de 2025 entre o MetrôRio e a AGETRANSP, mencionado anteriormente na Nota Explicativa 22(a), foi definida a extinção de todos os processos relacionados a fatos ocorridos antes da assinatura do acordo. Em razão disso, houve redução dos riscos regulatórios classificados como contingências possíveis.

### **(iv) Riscos tributários**

Em 31 de dezembro de 2025, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 15.830 (R\$ 10.858 em 31 de dezembro de 2024).

Trata-se de auto de infração lavrado pelo Município do Rio de Janeiro no dia 23 de dezembro de 2016, no valor histórico de R\$ 5,8 milhões, sendo principal de R\$ 3,7 milhões, em razão de suposta falta de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) concernente aos serviços prestados mediante locação, cessão de direitos de uso e congêneres, no período de outubro de 2012 a junho de 2016 (infração 1), e outubro de 2012 à dezembro de 2015 (infração 2). O MetrôRio alegou em sua defesa que a cessão pura de espaço não constitui serviço e, portanto, não é tributável pelo ISS, assim como a cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda não representa uma atividade sujeito ao imposto municipal. O prognóstico de perda deste caso é classificado como possível e o valor em risco estimado em R\$ 10.488(R\$ 9.657 em 31 de dezembro de 2024)

### Incorporação - Metrobarra S.A

Em novembro de 2025, Metrobarra S.A., empresa incorporada por MetrôRio em outubro de 2025, foi autuada pela Receita Federal no valor de R\$ 3,8 milhões, exigindo o pagamento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referentes ao ano-calendário de 2020, sob a alegação de que a empresa teria deduzido indevidamente provisões para créditos de liquidação duvidosa

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## 22. Provisão para riscos processuais (continuação)

(PCLD) na apuração da base de cálculo do lucro tributável. Em dezembro o MetrôRio apresentou sua defesa alegando, em síntese: (1) Premissa Incorreta da Autuação Fiscal: A autoridade fiscal alegou que a empresa teria deduzido indevidamente provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) na apuração do IRPJ e da CSLL do ano-calendário de 2020. A impugnante sustenta que tal dedução jamais ocorreu. (2) Natureza dos Ajustes Realizados em 2022: As retificações efetuadas em 2022 não tiveram como objetivo gerar benefícios fiscais, mas corrigir erros contábeis anteriores relacionados ao reconhecimento de receitas, decorrentes de interpretação equivocada das cláusulas contratuais. (3) Base Contratual para Reconhecimento de Receitas: Pelos contratos de locação e compartilhamento de receitas, os valores devidos eram variáveis e vinculados ao Fluxo de Caixa Livre da CRB (Rio Barra S.A.), e não a valores fixos. Assim, a empresa não tinha direito incondicional aos valores superiores anteriormente registrados. (4) Conformidade com Normas Contábeis e Legislação Tributária: A impugnante argumenta que as correções estão em consonância com as normas contábeis brasileiras (CPC 23 e CPC 47) e com o princípio da prevalência da substância sobre a forma (art. 118 do CTN). O reconhecimento anterior de receitas fictícias contrariava esses princípios. O prognóstico de perda deste caso é classificado como possível e o valor em risco estimado em R\$ 3.871 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024)

### 22(c) Depósitos judiciais e recursais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Depósitos judiciais - embargos de terceiros(i)	7.803	8.828
Depósitos recursais	5.345	1.569
<b>Total</b>	<b><u>13.148</u></b>	<b><u>10.397</u></b>

Depósitos judiciais	31/12/2024	Bloqueio judicial	Constituição	Baixa (ii)	Atualização	31/12/2025
Embargos de terceiros(i)	8.828	-	19	(1.612)	568	7.803
Recursais	1.569	2.398	1.223	(205)	360	5.345
<b>Total</b>	<b><u>10.397</u></b>	<b><u>2.398</u></b>	<b><u>1.242</u></b>	<b><u>(1.817)</u></b>	<b><u>928</u></b>	<b><u>13.148</u></b>

Depósitos judiciais	31/12/2023	Bloqueio judicial	Constituição	Baixa (ii)	Atualização	31/12/2024
Embargos de terceiros(i)	11.962	-	6	(3.553)	413	8.828
Recursais	664	2.591	606	(2.491)	199	1.569
<b>Total</b>	<b><u>12.626</u></b>	<b><u>2.591</u></b>	<b><u>612</u></b>	<b><u>(6.044)</u></b>	<b><u>612</u></b>	<b><u>10.397</u></b>

(i) Trata-se de recursos jurídicos que foram despendidos nos processos judiciais que versam sobre sucessão, ou seja, processos judiciais advindos da concessionária anterior e contemplados nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, denominados processos- ET Pós, vide nota explicativa 5(a).

(ii) Refere-se à reversão dos depósitos judiciais efetuados, os quais estão sendo reintegrados aos recursos financeiros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$ 7.803 (R\$ 8.828 em 31 de dezembro de 2024).

## 23. Patrimônio líquido

### 23(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$ 1.459.820 (R\$ 1.458.916 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 1.614.671.591 ações ordinárias (1.613.694.012 ações em 31 de dezembro de 2024), todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

**23. Patrimônio líquido (continuação)**

**Aumento de capital por Incorporação**

Em 02 de outubro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 904, mediante a emissão de 977.579 (novecentas e setenta e sete mil, quinhentas e setenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Este aumento decorre da incorporação da Metrobarra S.A., sociedade sob controle comum, na totalidade do seu acervo líquido detalhado na nota explicativa 3. As novas ações emitidas foram integralmente atribuídas à acionista HMOBI Participações S.A.

**23(b) Reservas de Lucros**

**(i) Reserva Legal**

Corresponde a 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e não excederá 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei 6.404/76 das sociedades por ações.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	12.649	-
Lucro líquido do exercício	13.838	338.262
Absorção de prejuízos acumulados	-	(85.276)
Reserva legal (5%)	692	12.649
<b>Total</b>	<b><u>13.341</u></b>	<b><u>12.649</u></b>

**(ii) Reserva de lucros a realizar**

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura distribuição aos acionistas.

Em 29 de abril de 2025, por meio de Assembleia Geral Ordinária, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 180.251.811,31 (cento e oitenta milhões, duzentos e cinquenta e um mil, oitocentos e onze reais e trinta e um centavos), ajustado nos termos do art. 202 da Lei das S.A., destinado à distribuição de dividendos adicionais. O pagamento dos dividendos adicionais foi realizado no dia 30 de abril de 2025.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	180.253	-
Lucro líquido do exercício	13.838	338.262
Prejuízos acumulados	-	(85.276)
Reserva legal (5%)	(692)	(12.649)
Distribuição de dividendos adicionais	(180.253)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	(3.287)	(60.084)
Dividendos adicionais propostos	(9.859)	-
<b>Reserva de lucros a realizar</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>180.253</u></b>

**23(c) Dividendos mínimos obrigatórios**

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2025 a apuração foi realizada da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	13.838	338.262
Absorção de prejuízos acumulados	-	(85.276)
Reserva legal (5%)	(692)	(12.649)
<b>Base para dividendos</b>	<b><u>13.146</u></b>	<b><u>240.337</u></b>
	25%	25%
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b><u>3.287</u></b>	<b><u>60.084</u></b>

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

## 23. Patrimônio líquido (continuação)

### 23(d) Dividendos adicionais propostos

O lucro remanescente, após a constituição da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, foi destinado à rubrica dividendos adicionais propostos, para distribuição futura, condicionada à aprovação em assembleia. Em 31 de dezembro de 2025, esse montante totalizava R\$ 9.859.

## 24. Receita operacional líquida

<b>Resultado por natureza</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Receita tarifária	1.166.486	901.083
Receitas acessórias	67.997	68.438
Impostos(i)	(30.045)	(25.011)
Deduções sobre a receita tarifária(ii)	(5.716)	(4.439)
	<b>1.198.722</b>	<b>940.071</b>

- (i) Os impostos incidentes são representados por ISS sobre a receita tarifária e por PIS e COFINS sobre a receita acessória.
- (ii) Deduções sobre a receita tarifária, representadas pela taxa da agência reguladora AGETRANSP.

## 25. Custos e despesas por natureza

<b>Resultado por natureza</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Pessoal	(315.227)	(290.624)
Locação Trens (i)	(124.667)	-
Depreciação e Amortização (ii)	(133.330)	(157.154)
Energia elétrica	(89.989)	(151.680)
Conservação e Manutenção	(132.485)	(128.628)
Constituição (reversão) da provisão para riscos processuais e obrigações decorrente da concessão	6.878	35.733
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (iii)	(21.196)	(2.448)
Seguros e garantias	(20.213)	(19.159)
Despesas gerais	(16.704)	(15.031)
Suporte e manutenção de informática	(19.856)	(18.339)
Serviço FETRANSPOR	(13.750)	(10.220)
Terceirização de Frota	-	(5.365)
Serviços de terceiros PJ	(8.956)	(8.725)
Água e esgoto	(8.551)	(7.351)
Serviços compartilhados	15.627	21.750
Segurança viária / patrimonial	(4.509)	(4.658)
Auditoria, assessoria e consultoria	(3.771)	(5.331)
Comunicação, marketing e publicidade	(3.900)	(5.032)
Perdas com cartão de crédito	(2.838)	(2.938)
Assessoria Jurídica	(7.982)	(4.559)
Aluguéis	(1.794)	(1.600)
Associações de classes	(1.603)	(895)
Despesas legais e judiciais	(683)	(556)
	<b>(909.499)</b>	<b>(782.810)</b>
Custo de serviços prestados	(764.631)	(671.181)
Despesas gerais e administrativas	(123.672)	(109.181)
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	(21.196)	(2.448)
	<b>(909.499)</b>	<b>(782.810)</b>

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

**25. Custos e despesas por natureza (continuação)**

- (i) Referente ao contrato de locação de trens firmado com a parte relacionada MetroBarra S.A., conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 11.
- (ii) A Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apurou créditos tributários de PIS e COFINS sobre depreciação e amortização, no montante de R\$ 2.682 (R\$ 2.432 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Impactado pela baixa dos valores a receber em decorrência da assinatura do 10º Termo Aditivo, no montante de R\$ 66.337, com reversão correspondente de R\$ 48.230 em provisão para perdas (PECLD), resultando em impacto líquido de R\$ 18.107.

**26. Outras receitas (despesas) operacionais**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita regulatórias (i)	-	256.580
Receita de venda de energia (ii)	1.656	18.274
Outras receitas operacionais(iii)	4.137	12.472
Outras despesas operacionais(iv)	<u>(155)</u>	<u>(1.701)</u>
	<b><u>5.638</u></b>	<b><u>285.625</u></b>

- i) Oriunda do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros que versa sobre o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de janeiro a dezembro de 2021 no valor total de R\$ 310.542, sendo R\$ 256.580 da parcela principal, reconhecidos como "outras receitas (despesas) operacionais, e R\$ 53.963 referentes a atualização monetária pelo IPCA, reconhecidos no resultado financeiro, conforme nota explicativa 1 e 25 (i).
- ii) Venda de energia convencional já contratada pelo MetrôRio, cujo benefício se traduz em desconto nas tarifas de distribuição e transmissão da LIGHT.
- iii) Outras receitas operacionais são em maior parte devido a recuperação de créditos, vencimento de saldos disponíveis em cartões unitários e receita de indenização de processos judiciais.
- iv) Outras despesas operacionais são em maior parte devido tributos que incidem sobre outras receitas operacionais.

**27. Resultado financeiro**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre aplicações financeiras	92.428	54.672
Variação monetária ativa	1.035	1.797
Variação monetária – Ressarcimento (*)	-	53.963
Variações cambiais ativas	1.685	1.097
Juros ativos	45	63
Outros	<u>743</u>	<u>258</u>
<b>Total receitas financeiras</b>	<b><u>95.936</u></b>	<b><u>111.850</u></b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros e variação monetária s/ sobre debêntures (**)	(223.770)	(184.883)
Ajuste a valor presente – arrendamento	(149)	-
Custo de captação	(78.041)	(9.184)
Variação monetária passiva	2.504	(1.098)
Comissões e despesas bancárias	(34.843)	(3.084)
Variações cambiais passivas	(383)	(1.614)
Outras	<u>(4.919)</u>	<u>(2.743)</u>
<b>Total despesas financeiras</b>	<b><u>(339.601)</u></b>	<b><u>(202.606)</u></b>
<b>Total resultado financeiro, líquido</b>	<b><u>(243.665)</u></b>	<b><u>(90.756)</u></b>

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

## 27. Resultado financeiro (continuação)

(\*) Variação monetária decorrente de receita obtida junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro referente ao Ressarcimento Emergencial do exercício de 2021. Vide nota explicativa 1.

(\*\*) Os juros/variação monetária pagos estão sendo classificados na DFC nas atividades de financiamento

*Conciliação DFC - Variações monetárias e encargos*

Notas Explicativa		31/12/2025	31/12/2024	
17	Debêntures e empréstimo	Juros	149.016	110.266
17	Debêntures e empréstimo	Variação monetária	74.755	74.617
13	Juros sobre arrendamento	Juros	149	-
19	Concessão de serviço público	Variação monetária	(672)	(1.108)
22	Provisões para riscos processuais	Variação monetária	(2.124)	1.913
22(c)	Depósitos judiciais e recursais	Atualização monetária	(928)	(612)
11	Partes Relacionadas	Juros	-	32
			<b>220.196</b>	<b>185.108</b>

## 28. Resultado por ação

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2025	31/12/2024
	Ordinárias	Ordinárias
<b>Numerador básico</b>		
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas ordinários	13.838	338.262
Denominador básico		
Média ponderada das ações no período	1.613.938	1.613.694
<b>Lucro básico e diluído por ação no período (R\$)</b>	<b>0,0086</b>	<b>0,2096</b>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2025, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

## 29. Informações por segmento

A Companhia possui duas categorias de receita, tarifária e acessória, contudo, os custos e despesas são registrados de forma unificada devido à natureza integrada das operações. Para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada como uma única unidade de negócio com as operações sendo controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma unificada.

## 30. Instrumentos financeiros

### 30(a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

### 30. Instrumentos financeiros (continuação)

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia utilizou a seguinte hierarquia de valor justo para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros e pela técnica de avaliação:

- Nível 1 – Preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos dos instrumentos financeiros
- Nível 2 – Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2025. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, debêntures e obrigações com empregados.

Instrumentos financeiros	31/12/2025		31/12/2024		Classificação
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	800.985	800.985	311.169	311.169	<i>Custo amortizado</i>
Aplicações financeiras	107.528	107.528	325.503	325.503	<i>Custo amortizado</i>
Contas a receber	151.275	151.275	277.068	277.068	<i>Custo amortizado</i>
Contas a receber -Partes Relacionadas	-	-	4.276	4.276	<i>Custo amortizado</i>
Outras contas a receber	6.982	6.982	14.864	14.864	
<b>Total do ativo</b>	<b>1.066.770</b>	<b>1.066.770</b>	<b>932.880</b>	<b>932.880</b>	
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	89.700	89.700	146.318	146.318	<i>Custo amortizado</i>
Debêntures	2.602.310	2.602.310	1.452.023	1.452.023	<i>Custo amortizado</i>
Obrigações com poder concedente	515.724	515.724			<i>Custo amortizado</i>
Concessão de serviço público	10.206	10.206	14.182	14.182	<i>Custo amortizado</i>
Partes Relacionadas	-	-	32	32	<i>Custo amortizado</i>
Dividendos a pagar	3.287	3.287	60.084	60.084	<i>Custo amortizado</i>
Obrigações com empregados	47.796	47.796	44.509	44.509	<i>Custo amortizado</i>
<b>Total do passivo</b>	<b>3.269.023</b>	<b>3.269.023</b>	<b>1.717.148</b>	<b>1.717.148</b>	

#### 30(b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. A seguir, são descritos os principais riscos envolvidos na apuração desses valores.

#### 30(c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos financeiros. Para as aplicações financeiras os valores financeiros informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

**30(d) Exposição a riscos de taxas de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI e as taxas de juros das debêntures estão vinculadas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais uma taxa fixa pré-estabelecida.

**30(e) Concentração de risco de crédito**

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

**30(f) Risco de taxa de câmbio**

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função dos fornecedores com indexador dólar, os quais não são relevantes.

**30(g) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e dois cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a Companhia determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

<b>Referência para ativos e passivos financeiros</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>
DI Ativo (% ao ano)	14,90%	11,18%	7,45%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,50%	5,40%	6,48%

Fonte: BACEN, CETIP e B3 em 31 de dezembro de 2025.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

<b>Operação</b>	<b>Risco/indexador</b>	<b>Base</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Equivalente de caixa</b>					
Certificados de depósitos bancários - CDB	DI	794.513	118.382	88.787	59.191
<b>Aplicações financeiras circulante</b>					
Certificados de depósitos bancários - CDB	DI	107.528	16.022	12.016	8.011
<b>Total</b>		<b>902.041</b>	<b>134.404</b>	<b>100.803</b>	<b>67.202</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Debêntures</b>					
10ª Debêntures – MetrôRio	IPCA+7,88%	2.871.202	350.287	381.296	412.305
<b>Total</b>		<b>2.871.202</b>	<b>350.287</b>	<b>381.296</b>	<b>412.305</b>

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

**30(h) Gestão do capital**

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Debêntures e empréstimo	2.602.310	1.452.023
Caixa e equivalentes de caixa	(800.985)	(311.169)
Aplicações financeiras	<u>(107.528)</u>	<u>(325.503)</u>
Patrimônio líquido	1.483.020	1.651.818
	<b><u>3.176.817</u></b>	<b><u>2.467.169</u></b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>53</b>	<b>33</b>

**30(i) Risco de liquidez**

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

<b>31 de dezembro de 2025</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>	<b>Total</b>
Debêntures	-	2.501.272	3.285.324	<b>5.786.596</b>
Obrigações com poder concedente	312.131	203.593	-	<b>515.724</b>
Fornecedores	89.700	-	-	<b>89.700</b>

**31. Informações adicionais aos fluxos de caixa**

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento e financiamento.

**i) Atividades operacionais**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Variação Balanço	548.720	107.490
Variação DFC	420.548	423.518
<b>Diferença</b>	<b>128.172</b>	<b>(316.028)</b>
<b>Composição da diferença de transação sem efeito caixa</b>		
Depreciação e amortização	(136.013)	(159.588)
Baixa de imobilizado e intangível	(868)	(3.664)
Amortização custo de captação	(78.041)	(9.184)
Rendimento aplicação financeira	53.474	41.291
Variações monetárias e encargos, líquidos	(223.920)	(184.883)
Obrigações com poder concedente	515.724	-
Partes relacionadas	53.564	-
	<b>183.920</b>	<b>(316.028)</b>
<b>Efeitos de incorporação – Nota explicativa 3</b>		
Estoques	(614)	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(7.358)	-
Tributos a recuperar	(7.722)	-
Adiantamentos	(52)	-
Partes relacionadas	(40.257)	-
Fornecedores	5	-
Tributos a recolher	19	-
Obrigações com empregados	231	-
<b>Efeitos de incorporação nas atividades operacionais</b>	<b>(55.748)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b><u>128.172</u></b>	<b><u>(316.028)</u></b>

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**31. Informações adicionais aos fluxos de caixa (continuação)**

**ii) Atividades de investimento**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Varição Balanço	(973.992)	2.716
Varição DFC	91.196	(119.245)
<b>Diferença</b>	<b>(1.065.188)</b>	<b>121.961</b>
<b>Composição da diferença de transação sem efeito caixa</b>		
Cessão Linha 4	(53.564)	-
Obrigações com poder concedente	(565.741)	-
Obrigações com poder concedente - Ajuste a valor presente	50.017	-
Depreciação e amortização	136.013	159.588
Baixa de imobilizado e intangível	868	3.664
Rendimento aplicação financeira	(53.474)	(41.291)
Reconhecimento inicial - Direito de uso	(4.408)	-
	<b>(490.289)</b>	<b>121.961</b>
<u>Efeitos de incorporação - Nota explicativa 3</u>		
Intangível	(1.123.627)	-
Infraestrutura em construção	(19.745)	-
Depreciação e amortização acumulada	568.473	-
<b>Efeitos de incorporação na atividade de investimento</b>	<b>(574.899)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>(1.065.188)</b>	<b>121.961</b>

**iii) Atividades de financiamento**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Varição Balanço	918.375	(50.960)
Varição DFC	(21.928)	(245.027)
<b>Diferença</b>	<b>940.303</b>	<b>194.067</b>
<b>Composição da diferença de transação sem efeito caixa</b>		
Amortização de custo de captação	78.041	9.184
Juros sobre debêntures	136.606	110.266
Varição monetária sobre debêntures	87.165	74.617
Reconhecimento inicial - Arrendamentos	6.456	-
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(2.048)	-
Juros sobre arrendamentos	149	-
Dividendos mínimos obrigatórios	3.287	-
	-	-
	<b>309.656</b>	<b>194.067</b>
<u>Efeitos de incorporação – Nota explicativa 3</u>		
Debentures	644.624	-
<b>Efeitos de incorporação nas atividades de financiamento</b>	<b>644.624</b>	<b>-</b>
<u>Aumento de capital social (*)</u>		
Incorporação nas atividades operacionais	55.748	-
Incorporação nas atividades de investimento	574.899	-
Incorporação nas atividades de financiamento	(644.624)	-
<b>Aumento de capital decorrente de incorporação</b>	<b>(13.977)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>940.303</b>	<b>194.067</b>

(\*) O acervo líquido incorporado, mencionado nas notas explicativas 3 e 23, reconhecido como contrapartida em aumento de capital, totaliza R\$ 904, sendo composto por caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 14.881, e por ativos e passivos líquidos no montante de (R\$ 13.977), os quais não geraram efeito caixa e foram incorporados às atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

\* \* \* \* \*